



MAPEAMENTO DO ENSINO E PESQUISA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

MAPPING EDUCATION AND RESEARCH OF GRADUATION AND POST-GRADUATION IN ADMINISTRATION IN BRAZIL

Recebido em 14.02.2015. Aprovado em 09.04.2015

Avaliado pelo sistema *double blind review*

<http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v9i1.536>

Natane de Cassia Leivas de Medeiros

natanemedeiros@gmail.com

Centro Universitário Franciscano – UNIFRA- Santa Maria - RS – Brasil

Flaviani Souto Bolzan Medeiros

flaviani.13@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM - Santa Maria - RS – Brasil

Andreas Dittmar Weise

mail@adweise.de

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM - Santa Maria - RS – Brasil

Resumo

Considerando que o curso de Administração vem apresentando índices significativos de crescimento nos últimos anos no país, este artigo se propõe a realizar um mapeamento do ensino e da pesquisa desses cursos, tanto de graduação como de pós-graduação no Brasil. Para isso, a coleta dos dados dos cursos de graduação foi obtida junto ao portal e-MEC. Já a dos cursos de pós-graduação foi feita com base nos cursos reconhecidos e recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e suas Linhas de Pesquisa na Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. Os principais resultados mostram que, quanto à graduação, existe certa uniformidade na distribuição dos cursos, diferentemente do que ocorre na pós-graduação, onde as ofertas ocorrem em menos Estados e basicamente nas suas capitais. Entretanto, ambos os mapeamentos apresentaram forte concentração de cursos ofertados nas regiões Sudeste e Sul, conhecidas como as regiões mais desenvolvidas do país.

Palavras-chave: Mapeamento. Graduação. Pós-graduação. Administração. Brasil.

Abstract

Whereas the course of Administration has shown significant growth rates in recent years in the country, this article proposes to undertake a mapping of the teaching and research of these courses both undergraduate and post-graduate in Brazil. For this, with the data collection of undergraduate courses was obtained from the portal e-MEC. The collection of the graduate courses was made on the basis of recognized and recommended courses by the Higher Education Personnel Training Coordination and Research Lines of the National Association of Graduate Programs in Administration. The main results show that, in the undergraduate courses are some uniformity in the distribution of courses, unlike what happens in graduate school, where the offer occur in less states and basically in their capitals. However, both mappings showed strong concentration of courses offered in the Southeast and South, known as the most developed regions of the country.

Keywords: Mapping. Graduation. Post-graduation. Administration. Brazil.

Introdução

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96) houve um aumento significativo do número de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil (BACH et al., 2014). De acordo com o Ministério da Educação (2013), os dados divulgados no Censo da Educação Superior mostram que existem 2.391 IES no país, sendo que destas 2.090 são privadas, com um total de 7.526.681 de matrículas nos cursos de graduação, e 203.717 matrículas nos cursos de pós-graduação na modalidade *stricto sensu*.

Nesse sentido, Takahashi (2010) acrescenta que acompanhando esse cenário de expansão do ensino superior no país estão os cursos de Administração. O Conselho Federal de Administração (2015) explica que a criação e a evolução desses cursos no Brasil ocorreram no interior das instituições universitárias que se transformaram em polos de referência no ensino e na pesquisa.

No país, a primeira escola superior a ofertar o curso de Administração foi a Escola Superior de Administração de Negócios – ESAN/SP, no ano de 1941, tendo como modelo o curso de Graduate School of Business Administration lecionado na Universidade de Harvard (BRAGA et al., 2011). Complementarmente, Cunha (2006) salienta que a formação do administrador começou a ter um contorno mais definido na década de 1940, período esse em que o país necessitava de uma mão de obra mais qualificada, tendo assim, um profissional apto para atender a demanda do processo de industrialização da época.

Contudo, na década de 1960, quase não existia pós-graduação no Brasil (OLIVEIRA; SAUERBRON, 2007). Inclusive, Cirani, Silva e Campanario (2009) comentam que na Administração a pós-graduação teve início apenas no ano de 1967, na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, com o curso de mestrado.

Pizzinatto (1999) lembra que a Fundação Getúlio Vargas foi a pioneira no Brasil na criação do primeiro currículo especializado em Administração tanto pública – por meio da Escola de Administração Pública – quanto privada – na Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

Em síntese, pode-se dizer que, a partir da década de 1970, os cursos de graduação em Administração se consolidaram no Brasil, e após sua autonomização – definição do currículo mínimo do curso e da criação da categoria de técnico em Administração – vários programas de pós-graduação foram criados em todo território nacional (KERCH, 2013).

Atualmente, segundo o Ministério da Educação (2013), o curso de graduação Administração está entre os dez maiores em número de matrículas no Brasil, ficando em 2º lugar no ranking na diferenciação por gênero, perdendo apenas para o curso de Pedagogia – feminino – e Direito – masculino – demonstrando sua proliferação muito expressiva nos últimos anos.

Além dos cursos em si, é importante frisar que, por um lado, a Administração como ciência também está presente em outras áreas do conhecimento. O administrador, por outro lado, em função das constantes mudanças e desafios que o mercado impõe, precisa saber lidar com as mais variadas situações no seu campo de atuação.

Por isso, entende-se que tanto o ensino como a pesquisa na área precisam trabalhar em conjunto em um processo de troca que acompanhe essas transformações e gerem novos conhecimentos em benefício da sociedade como um todo.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo realizar um mapeamento do ensino e pesquisa dos cursos de graduação e pós-graduação em Administração no Brasil. O estudo justifica-se pelo fato de que o ensino da Administração está gradativamente sendo requerido quando se observam fatores do tipo competitividade, qualidade e parcerias como pré-requisitos para o sucesso profissional e das organizações.

Sob esse enfoque, Matei e Matei (2013) ressaltam que, no contexto da globalização, o desenvolvimento do ensino superior precisa de um maior grau de acessibilidade nas condições de garantir a qualidade da educação em padrões internacionais. Ao mesmo tempo, a educação deve ser mais eficiente, eficaz e atraente para que os alunos possam obter novas habilidades e usá-las para melhorar a sociedade (GOURVE'S-HAYWARD; MORACE, 2006).

Este trabalho encontra-se subdividido da seguinte maneira: logo após a presente introdução, consta o referencial teórico que embasou o estudo contemplando uma breve evolução dos cursos de graduação e pós-graduação em Administração no país, como também uma discussão acerca da oferta dos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil.

Na sequência, exibe-se a metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa com as respectivas etapas adotadas. Em seguida, na análise e discussão dos resultados, visualiza-se o mapeamento dos cursos de graduação em Administração no Brasil, bem como o mapeamento dos cursos de pós-graduação na área e, ainda, o cruzamento dos dados obtidos. Por fim, apresentam-se as considerações finais a partir do estudo realizado.

Referencial teórico

Breve evolução dos cursos de graduação e pós-graduação em Administração no país

A Administração é uma prática universal (SOBRAL; PECI, 2011). Entretanto, o seu estudo é algo bastante recente na comparação com a Medicina, a Engenharia, o Direito e outras áreas do saber que há séculos já eram objeto de investigações científicas, de estudos sistemáticos, logo é possível dizer que há muito pouco o mundo convive com as propostas das teorias administrativas, datando basicamente, do século XIX (SOUZA; FERREIRA, 2004).

No caso dos cursos de Administração no Brasil, pode-se dizer que estes, segundo Castro (1981), também têm uma história bastante recente, sobretudo se comparado com os Estados Unidos que, em 1881, com a criação da Wharton School, já iniciaram os primeiros cursos na área.

Nesse sentido, Andrade (2001) acrescenta que no Brasil o ensino da Administração seguiu os mesmos parâmetros das filosofias apresentadas nos currículos das escolas americanas.

Com o passar do tempo, pode-se perceber que os velhos padrões que transmitiam um corpo comum de conhecimentos administrativos e muito específico transformaram-se no núcleo do currículo de quase todas as escolas de administração dos Estados Unidos e aparentemente de todo o mundo. Complexas exigências em contabilidade, economia, marketing, produção, finanças, comportamento organizacional, matemática, estratégia, entre outras áreas, foram consideradas básicas. Os velhos padrões estavam inibindo as escolas de satisfazerem as necessidades específicas dos estudantes que estavam se formando. Dentro do contexto de mudança geral de padrões, os currículos foram alterados, já que nem todos os estudantes de administração careciam necessariamente do mesmo currículo. Na verdade, o reconhecimento da necessidade de se preparar o profissional para um meio cada vez mais complexo é o ponto de partida dos padrões curriculares (ANDRADE, 2001, p. 6).

Hoje em dia, Matei e Matei (2013) consideram que o desenvolvimento curricular está situado na área de mudanças significativas do ensino superior, tendo como marca a demanda da sociedade e o desenvolvimento do profissional no mercado de trabalho. Sendo assim, existem ações que vão desde a mudança da estrutura do ensino superior, como também, no desenvolvimento de sistemas de garantia de qualidade e mecanismos que permitam maior flexibilidade curricular relacionadas com as competências profissionais necessárias (MATEI; MATEI, 2014).

De acordo com Mascarenhas, Zambaldi e Moraes (2011), as primeiras escolas de Administração no Brasil surgiram, justamente, dessa necessidade de ter profissionais mais capacitados, no caso, em técnicas especializadas de gestão, condizentes com a nova demanda do mercado na época, e isso veio a ocorrer nas décadas de 1940 e 1950.

Conforme Martins (1989), a primeira e mais importante organização que desenvolveu o ensino da administração no país foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com origem na criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), no ano de 1938. E no ano de 1952, houve a criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), com o auxílio de custeio inicial fornecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A intenção dos idealizadores dessas instituições, no entender de Cunha (2006, p. 6) foi “criar um novo tipo de intelectual, dotado de uma formação técnica capaz de revestir suas ações de conhecimentos especializados, como uma estratégia indispensável ao prosseguimento das transformações econômicas iniciadas em meados dos anos 30”.

Em relação à pós-graduação em Administração, Guimarães et al. (2009, p. 566) esclarecem que:

[...] teve início no Brasil em 1967, com o curso de mestrado em Administração da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro [FGV-RJ]. Na década de 1970 foram criados oito cursos de mestrado em Administração: no Distrito Federal, e nos Estados de Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Ainda nessa década foram criados três cursos de doutorado em administração, sendo dois no Estado de São Paulo e um no Estado do Rio de Janeiro.

Na visão de Giroletti (2005), apesar de ter sido um processo longo, a Administração conseguiu se institucionalizar e se profissionalizar no país, tendo como ponto de partida, primeiramente, a criação de disciplinas na área em diversos cursos superiores; em seguida, surgiram os primeiros cursos de Economia e Administração, e através da sua autonomização acabou se consolidando como um curso de graduação, e por fim, a partir de 1970, vários cursos de pós-graduação foram implantados no país.

Portanto, pode-se dizer que a Administração como qualquer ciência, evolui a cada nova descoberta e a cada nova experiência, por menor que seja, e independente da direção que assume, e isso faz com que aqueles que necessitam utilizar os conceitos da ciência administrativa também precisam evoluir, caso contrário, seu desempenho poderá ser afetado negativamente (KWASNICKA, 2007).

Sob essa perspectiva, Masiero (2012) declara que apesar do mundo dos negócios nunca ter sido estático, nos últimos anos, as transformações têm ocorrido numa velocidade cada vez mais rápida, logo, existe a necessidade de uma Administração que também acompanhe essa dinâmica, sendo mais flexível e com grande capacidade para adaptação às mudanças.

Oferta dos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil

Pinto e Motter Jr. (2012) mencionam que a Constituição de 1988 deu origem às leis que regulamentam o ensino superior no Brasil, sendo assim, a partir dos anos 1990 foi preciso tanto flexibilizar como ampliar o sistema de educação superior, visando atender a demanda do mercado com profissionais qualificados.

Tendo em vista atender essa demanda, a Constituição Federal de 1988 estabelece no art. 208 que a educação é dever do Estado, mas, no art. 209 assegura que é livre à iniciativa privada, desde que atenda as seguintes condições, a saber: (1) cumprimento das normas gerais da educação nacional; e (2) autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público (BRASIL, 1988).

Para oferecer os cursos de graduação e, assim, dar início às atividades, a instituição de ensino superior precisa solicitar o seu credenciamento junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) em conformidade com o seu tipo de organização acadêmica, ou seja, faculdade, centro universitário ou universidade (MEC, 2014).

Complementarmente, Braga et al. (2011) afirmam que ofertar disciplinas básicas, instrumentais e da formação profissional é a grande preocupação na composição do currículo do curso de Administração, pois deverá ter um alinhamento entre as metas para o curso e o perfil do egresso proposto, bem como com as diretrizes curriculares nacionais e, ainda, com as técnicas metodológicas a respeito da metodologia que deve ser compatível com a concepção do curso.

De acordo com a resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2004:

O Curso de Graduação em Administração deve ensinar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2004, art. 3, p. 2).

Dantas (2006) salienta que a profissão de administrador é regulamentada pelo Conselho Federal de Administração (CFA) e pelos Conselhos Regionais de Administração (CRAs), ambos criados pela Lei nº. 4.769, de 9 de setembro de 1965, em seu art. 6º.

Contudo, na década de 1950, segundo Ferreira e Moreira (2014), o Brasil possuía pouco mais de sessenta mil estudantes no ensino superior e a pós-graduação quase não existia na época, porém, era evidente que para promover o desenvolvimento era preciso ter domínio do conhecimento científico e tecnológico. Por isso, em 1951, foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (NEUENFELDT; ISAIA, 2008).

Após um processo de reestruturação, a CAPES é a entidade responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil e, atualmente, desempenha um papel importante tanto na expansão como consolidação destes cursos em todos os Estados do país (CAPES, 2014a).

Sob esse enfoque, Silva e Carvalho (2007) acrescentam que a CAPES é uma instituição pública, vinculada ao MEC, que atua em três áreas, a saber: (1) formulação da Política Nacional de Pós-Graduação; (2) apoio aos Programas de Pós-Graduação; e (3) acompanhamento e avaliação

desses Programas.

De acordo com a resolução CNE/CES nº 24, de 18 de dezembro de 2002, os cursos de mestrado e/ou doutorado somente poderão ser instalados pelas IES após autorização do Ministério da Educação (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002).

Complementarmente, Beiguelman (1998) comenta que entre os anos de 1950 e 1960 eram poucas as instituições que ofertavam cursos de pós-graduação no Brasil, onde não existia o mestrado em razão de ser seguido o modelo francês antigo, assim, apenas o título de Doutor era obtido por um número reduzido de pessoas.

Em relação à criação específica da pós-graduação, Cury (2005, p. 9) acrescenta que “teve um dos seus momentos mais significativos na fundação da Universidade de Brasília (UnB), pela lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. Nessa universidade, a pós-graduação tornou-se uma atividade institucional”.

Mas, foi na década de 1970, com o “chamado milagre brasileiro”, em função da entrada de empresas multinacionais e de capital estrangeiro no Brasil, como também pela demanda de titulação do corpo docente das instituições de ensino, que acarretou no aumento da demanda por profissionais especializados, impulsionando a procura por cursos de pós-graduação em Administração no país (PINTO; MOTTER JR., 2012).

E foi nesse contexto que, conforme Bertero (2007) houve a criação da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD), tendo sua história, em boa parte, confundindo-se com a institucionalização da pós-graduação no Brasil a partir da década de 1970.

Viegas (2013) cita que a ANPAD, desde o ano de sua criação em 1976, se consolidou por meio de suas reuniões anuais, reuniões estas que permaneceram com esse mesmo nome (entre 1977 a 1989), mas, no ano de 1990, passou a se intitular Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD).

No entendimento de Cury (2004), a pesquisa é um elemento específico da pós-graduação, e o ensino, por sua vez, é um elemento específico da graduação, porém, devem caminhar juntos. Nesse sentido, a ANPAD estimula a promoção do ensino, da pesquisa e na produção de conhecimento entre professores, pesquisadores e alunos de pós-graduação, onde, atualmente, conta com onze divisões acadêmicas: Administração da Informação (ADI); Administração Pública (APB); Contabilidade (CON); Estudos Organizacionais (EOR); Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (EPQ); Estratégia em Organizações (ESO); Finanças (FIN); Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação (GCT); Gestão de Operações e Logística (GOL); Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (GPR); e Marketing (MKT).

Metodologia

Conforme Santos (2007), a metodologia diz respeito às atividades práticas necessárias para a aquisição dos dados com os quais se desenvolverão os raciocínios que resultarão em cada parte do trabalho final.

Assim sendo, no caso do presente estudo, este foi elaborado a partir de uma pesquisa qualitativa quanto à natureza, do tipo descritiva no que se refere aos objetivos, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental em relação aos procedimentos técnicos.

MAPEAMENTO DO ENSINO E PESQUISA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Sobre a pesquisa qualitativa, Pizzinatto e Farah (2012) explicam que esta privilegia a obtenção de dados não quantitativos em quantidade sobre determinado tema de interesse e a busca de resultados a partir deles, enquanto que a pesquisa descritiva se propõe a verificar fatos ou fenômenos da vida real com a maior precisão possível, observando e fazendo relações. Trata-se, em geral, do levantamento de características de determinada população, um fenômeno, fato ou estabelecimento de relações entre variáveis controladas (MICHEL, 2009).

Já sobre o estudo bibliográfico, Vergara (2013) argumenta que consiste naquele sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, *sites*, ou seja, material disponível para consulta ao público em geral. E o estudo documental, por sua vez, vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, chamados de fontes primárias de dados, diferentemente da pesquisa bibliográfica que utiliza dados secundários, isto é, dados já coletados por outros autores sobre determinado assunto (GIL, 2012). Essa pesquisa foi realizada durante o ano de 2014 e seguiu os seguintes passos visualizados na Figura 1.

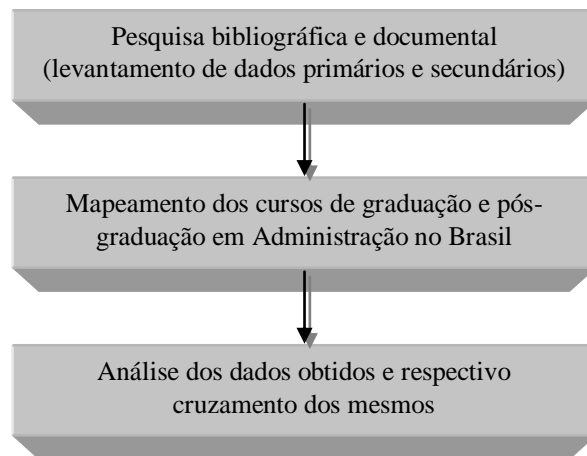


Figura 1 – Etapas da pesquisa.

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2014).

Como plano de coleta dos dados, as informações sobre os cursos de graduação em Administração foram retiradas do portal e-MEC (Brasil, 2014), numa busca por Estados apenas dos cursos presenciais ofertados no país até o presente momento. Com relação à coleta dos cursos de pós-graduação na área, este foi feito com base nos cursos recomendados e reconhecidos pela CAPES (2014b) e linhas de pesquisa estipuladas pela ANPAD (2014).

Os dados obtidos permitiram realizar o mapeamento dos cursos de graduação e pós-graduação existentes no Brasil de acordo com a distribuição geográfica dos mesmos, e no caso dos cursos de pós-graduação, também pelas suas linhas de pesquisa. A análise foi realizada com base no material levantado sobre o assunto.

Análise e discussão dos resultados

Mapeamento dos Cursos de Graduação em Administração no Brasil

Na atualidade, são oferecidos 3.513 cursos de graduação em Administração no país, sendo que nenhum deles encontra-se em fase de fechamento ou suspensão. Destes, 3.440 são cursos de graduação em Administração, ou seja, sem especificidade, conforme segue exposto na Figura 2.



Figura 2 – Distribuição dos cursos de Administração no Brasil.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2014).

Conforme observado na Figura 2 os cursos, em sua maioria, encontram-se localizados nas regiões Sul e Sudeste do país, mais especificamente nos Estados de São Paulo (949 cursos), Minas Gerais (355 cursos) e Paraná (324 cursos). Além destas regiões, o Estado da Bahia, na região Nordeste, oferece 228 cursos sendo um número significativo dado sua região. Nos Estados de menor concentração, os cursos encontram-se, geralmente, localizados nas capitais que são as cidades com maior oferta de cursos em cada Estado.

Atualmente, o Estado de São Paulo é responsável por cerca de 27% das ofertas de graduação em Administração do Brasil. Analisando-se apenas a cidade de São Paulo, a mesma disponibiliza 293 cursos ultrapassando toda a região Norte do país, que possui no momento 177 graduações em Administração. T tamanha discrepância dá-se devido ao desenvolvimento da região Centro-

MAPEAMENTO DO ENSINO E PESQUISA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Oeste, tendo em vista que a região Norte está dentre as áreas mais carentes do Brasil.

As capitais dos estados brasileiros disponibilizam até o presente mais cursos de ensino superior que todo o Estado do Acre, identificado como o responsável pelo menor número de cursos de graduação em Administração, com apenas 08 opções, representando 0,228% da oferta nacional.

Em muitos casos, mais de 50% dos cursos de ensino superior encontram-se localizados nas capitais dos Estados. Isto ocorre principalmente nos estados das regiões mais carentes, como a região Norte e Nordeste. Na Tabela 1 apresenta-se a relação dos estados brasileiros e a concentração dos cursos de Administração nas suas respectivas capitais.

Região	Estado	Total de Cursos	Cursos na Capital	Frequência
Norte	Acre	8	7	87,50%
	Amapá	14	13	83,33%
	Amazonas	26	26	100,0%
	Pará	49	28	57,14%
	Rondônia	40	19	47,50%
	Roraima	12	8	66,67%
	Tocantins	21	7	33,33%
Nordeste	Alagoas	32	30	93,75%
	Bahia	228	119	52,19%
	Ceará	57	44	77,19%
	Maranhão	48	25	52,08%
	Paraíba	30	13	43,33%
	Pernambuco	106	46	43,39%
	Piauí	36	18	50,00%
	Rio Grande do Norte	48	34	70,83%
Sergipe	21	13	61,90%	
Centro-oeste	Distrito Federal	87	87	100,0%
	Goiás	142	45	31,69%
	Mato Grosso	87	22	25,28%
	Mato Grosso do Sul	47	15	31,91%
Sudeste	Espírito Santo	111	32	28,83%
	Minas Gerais	355	92	24,91%
	Rio de Janeiro	212	114	53,77%
	São Paulo	949	293	30,87%
Sul	Paraná	324	69	21,96%
	Rio Grande do Sul	211	38	18,01%
	Santa Catarina	187	26	13,90%

Tabela 1: Concentração de cursos de graduação em Administração nas capitais brasileiras

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2014).

Ao verificar a Tabela 1 percebe-se que as regiões Sul e Sudeste apresentam o menor índice de concentração de cursos nas capitais, o que reforça o já disposto na Figura 2, com destaque o Estado de Santa Catarina, que dispõe de apenas 13,90% das suas ofertas concentradas na sua capital Florianópolis.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), o território brasileiro possui 8.515.767,049 km², logo é possível concluir que a cada 2.424,07 km² pode-se encontrar um curso de graduação em Administração. Detalhando esta análise, o Estado de São Paulo, maior promotor de cursos de ensino superior na área, apresenta em média 01 graduação a cada 258,83km², aproximadamente 10% da média nacional.

Já o Estado do Amazonas, com a maior fatia do território nacional, oferta 01 graduação a cada

53.763,75 km². Evidentemente que este tipo de comparação não leva em consideração fatores como Produto Interno Bruto, renda *per capita* ou desenvolvimento de cada Estado, apenas objetiva apresentar a disparidade encontrada na oferta de graduações no território brasileiro. Sendo assim, em uma simulação, para que o Estado do Amazonas apresente uma concentração de cursos similar à encontrada no Estado de São Paulo, seria necessária a criação de aproximadamente 6.000 novos cursos de ensino superior em Administração.

Na Figura 3 visualiza-se a distribuição geográfica dos cursos de Administração com especificidades como no caso do curso de Administração Pública presente em maior número nas regiões Sudeste (10 cursos) e Nordeste (13 cursos).



Figura 3 - Mapeamento dos cursos de Administração Pública, Administração de Empresas e Administração Hospitalar.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2014).

Já o curso de Administração de Empresas percebe-se na Figura 3 que está disposto em vários Estados como Pernambuco (04 cursos), Goiás (03 cursos), Rio Grande do Sul (03 cursos), Tocantins (02 cursos) e Minas Gerais (01 curso). Ressalta-se que este curso trata do mesmo foco do

MAPEAMENTO DO ENSINO E PESQUISA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

curso de Administração, apenas sua nomenclatura recebe a adição das palavras “de empresas”.

Por sua vez, os cursos de Administração Hospitalar, estão divididos entre os Estados de São Paulo (03 cursos), Rio Grande do Sul (02 cursos), Santa Catarina (01 curso) e Bahia (01 curso). Nota-se que estas opções de graduação se encontram em maior oferta na região Sudeste.

Novamente, do mesmo modo que ocorre com a distribuição das graduações em Administração, os cursos com suas especificidades também se encontram em maior volume nas regiões mais desenvolvidas do país. O que difere do exposto na Figura 2 é a concentração nas capitais dos Estados, onde os cursos de Administração de Empresas, Hospitalar e Pública encontram-se melhor distribuídos com um índice de concentração de apenas 38,46% das ofertas nas capitais.

A seguir, têm-se na Figura 4 outras opções de cursos de graduação em Administração, porém, com menor representatividade, possuindo apenas 01 curso ofertado no país. A exceção fica a cargo dos cursos de graduação em Administração em Comércio Exterior presente nas cidades de Goiânia (GO), Juiz de Fora (MG) e Santa Maria (RS); a graduação em Gestão Organizacional com oferta nas cidades de Benjamin Constant e Parintins no Estado do Amazonas; e a graduação em Administração de Recursos Humanos, que está disponível na cidade de São Paulo, pois estes possuem 04 cursos ofertados.



Figura 4 - Mapeamento dos cursos de Administração em diversas áreas.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2014).

Similar ao que ocorre com os cursos de graduação em Administração, na Figura 4 pode-se observar que 07 cursos, ou seja, 33,3% estão localizados na região Sul, bem como na região

Sudeste também com 06 cursos representando 28,6%. Ambas as regiões são responsáveis pela maior oferta de cursos de graduação atualmente no país.

A região Nordeste, por sua vez, oferta apenas 02 cursos, diferente do que ocorre com a graduação em Administração onde é a 3ª maior região em número de cursos. Quanto à concentração, é possível verificar que 57,14% das opções estão situadas nas capitais dos Estados.

Na Tabela 2 segue a distribuição dos 3.513 cursos de graduação em Administração ofertados no Brasil até o presente momento.

Cursos	Quantidade	Percentual
Administração	3.440	97,91%
Administração com habilitação em administração de empresas	1	0,03%
Administração da produção e operações	1	0,03%
Administração de banco de dados	1	0,03%
Administração de compras, estoque e logística	1	0,03%
Administração de empresas	13	0,37%
Administração de negócios internacionais	1	0,03%
Administração de recursos humanos	4	0,11%
Administração de supermercados	1	0,03%
Administração em comércio exterior	3	0,08%
Administração em gestão organizacional	2	0,06%
Administração em sistemas e serviços de saúde	1	0,03%
Administração hospitalar	7	0,20%
Administração hospitalar e serviços de saúde	1	0,03%
Administração hoteleira	1	0,03%
Administração pública	32	0,91%
Administração rural	1	0,03%
Administração rural e agroindustrial	1	0,03%
Administração universitária	1	0,03%
Total	3.513	100,00%

Tabela 2: Cursos de Graduação em Administração.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2014).

Pela análise na Tabela 2 verifica-se que os cursos de graduação em Administração somam 97,91% das ofertas atuais. Além disso, o curso de Administração Pública também possui uma participação significativa de 0,91%, bem como o curso de Administração de Empresas com 0,37% de ofertas no país. As demais opções de graduação em Administração encontram-se com apenas 01 curso ofertado, representando assim, somente 0,03% cada do total.

Mapeamento dos Cursos de Pós-graduação em Administração no Brasil

Atualmente, de acordo com a avaliação da CAPES (2014b), são recomendados e reconhecidos 80 programas de pós-graduação em Administração no Brasil, sendo ofertados por 74 instituições no país. Os programas se dividem em Mestrado Profissional, Mestrado Acadêmico e Doutorado, totalizando 127 cursos. A distribuição dos programas de pós-graduação pode ser analisada através da Figura 5.

MAPEAMENTO DO ENSINO E PESQUISA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL



Figura 5 - Cursos de Pós-Graduação em Administração no Brasil.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2014).

Conforme apresentado na Figura 5, a região Sul e Sudeste detém a maior parte dos programas de pós-graduação, com 41 e 22 programas, respectivamente. Em seguida, encontra-se a região Nordeste com 11 programas, Centro-Oeste com 04 programas e, por fim, a região Norte com apenas 02 programas. Diferentemente do que ocorre nas regiões de maior concentração, as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste ofertam cursos de pós-graduação apenas nas capitais dos Estados.

Vale destacar o Estado de São Paulo, que possui 17 programas, ou seja, 21,3% das ofertas atuais, sendo o Estado com a maior concentração de cursos de pós-graduação na área atualmente. Além disso, oferta mais opções de programas que as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste com 02, 04 e 11 cursos, respectivamente.

Nesse sentido, ainda, constatou-se que a região Norte não possui nenhum programa de Doutorado ou Mestrado Profissional, o que demonstra a carência em cursos de pós-graduação na região. Nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Pará, Pernambuco e Rio Grande

do Norte as ofertas de Doutorado ocorrem apenas nas capitais dos Estados. Além disso, referente à concentração dos programas, 65% encontram-se atualmente nas capitais dos estados brasileiros.

Quanto à nomenclatura dos programas de pós-graduação em Administração, das 80 ofertas atuais, 15 programas são mais específicos em sua denominação, como: (1) Administração de Empresas; (2) Administração de Micro e Pequenas Empresas; (3) Administração Pública e Governo; (4) Administração Pública; (5) Administração e Negócios; (6) Administração e Controladoria; (7) Administração e Desenvolvimento Rural; (8) Administração em Desenvolvimento Empresarial; (9) Administração Universitária; e (10) Administração de Organizações.

Em relação às linhas de pesquisa, os programas de pós-graduação em Administração possuem 11 divisões acadêmicas estabelecidas pela ANPAD com seus respectivos temas de interesse em pesquisa. Baseada nestas linhas fez-se um levantamento das linhas adotadas em cada programa de pós-graduação existente no país. Estes dados podem ser observados através da Tabela 3.

Linha	UF	Sudeste			Sul			Nordeste				Centro-Oeste			Norte		Total			
		RJ	SP	MG	ES	SC	PR	RS	BA	CE	PB	PE	RN	SE	DF	GO		MS	PA	RO
1		1	1	1	0	0	1	2	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	8
2		2	1	3	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	14
3		0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
4		6	14	5	1	7	4	5	2	3	0	2	1	1	1	1	0	1	0	54
5		0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
6		7	10	5	0	4	6	6	1	3	1	1	2	0	1	0	1	1	1	50
7		3	5	3	1	1	0	2	1	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0	21
8		1	7	6	0	1	3	4	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	25
9		1	2	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
10		1	4	2	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	11
11		2	7	4	0	1	2	3	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	22

Tabela 3: Linhas de pesquisa na Pós-graduação em Administração.

Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2014).

Do mesmo modo que ocorre com a concentração dos programas de pós-graduação, as linhas de pesquisa também se localizam, em sua maioria, na região Sudeste. A primeira linha apresentada é a Administração da Informação, disponível nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste.

Em seguida, tem-se a linha de pesquisa em Administração Pública, presente em todas as regiões, exceto no Norte do país.

Na linha 3, a pesquisa em Contabilidade é abordada apenas nos Estados de Minas Gerais e Ceará. A linha Estudos Organizacionais possui a maior abrangência, estando presente em todas as

MAPEAMENTO DO ENSINO E PESQUISA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

regiões e na maioria dos Estados, além de ser responsável por mais de 25% das pesquisas realizadas atualmente. Na sequência, encontra-se a linha Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, adotada apenas no Estado da Bahia.

A sexta linha, Estratégias Organizacionais, dispõe de pesquisas em todas as regiões brasileiras, sendo a segunda linha mais utilizada. A linha de Finanças está bem distribuída entre os Estados, não se fazendo presente apenas na Região Norte. Posteriormente, apresenta-se a linha Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação, concentrada basicamente nas regiões Sul e Sudeste. Similar à linha anterior, a linha Gestão de Operações e Logística é encontrada nas regiões Sul e Sudeste, apenas.

A décima linha é a Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, que possui pequena abrangência, disponibilizando 64% da sua oferta na região Sudeste. E por fim, a linha de pesquisa em Marketing, da mesma forma que ocorre com a maioria das linhas, está concentrada nas regiões Sul e Sudeste.

Cruzamento das linhas de pesquisas com os cursos de graduação em Administração

Considerando-se apenas as instituições que ofertam os cursos de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e/ou Doutorado, porém, que possuem cursos de graduação em Administração cujo Conceito de Curso (CC) atingiu nota máxima, no caso 5, listaram-se suas linhas de pesquisa conforme se visualiza na Tabela 4.

Universidade	Linhas de pesquisa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	TOTAL
ALFA		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
ESPM		0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2
FECAP		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
FGV/RJ		0	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	5
FGV/SP		1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	6
FNH		0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
FUCAPE		0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
PUC/SP		0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	3
UCS		0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
UFC		0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	4
UFES		0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
UFPE		1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	5
UFRN		1	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	5
UFV		0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
UNIFACS		0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	3

UNISINOS	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2
TOTAL	3	4	1	9	1	10	8	4	1	1	5	46

Tabela 4: Linhas de pesquisas das IES com pós-graduação cuja graduação tem maior CC.

Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2014).

Conforme a Tabela 4 seguem listadas somente as instituições que têm bons conceitos em seus cursos de graduação, com suas respectivas linhas de pesquisa adotadas nos programas de pós-graduação dentre as definidas pela ANPAD. Sendo assim, percebe-se que das 16 instituições apresentadas, 9 localizam-se na região Sudeste e nenhuma na região Norte, reafirmando as informações já apresentadas neste estudo.

A quantidade de linhas de pesquisa seguida em cada instituição diverge bastante, tendo apenas 01 linha nas instituições FECAP em São Paulo, UFES no Espírito Santo e UFV em Minas Gerais. Em contrapartida, a instituição FGV de São Paulo trabalha com 6 linhas de pesquisa.

Dentre as instituições listadas, a linha de pesquisa mais seguida é Estratégias Organizacionais, atuando em 10 programas, acompanhada pela linha Estudos Organizacionais, verificada em 09 cursos, e Finanças, que está presente em 08 instituições atualmente.

As linhas Contabilidade, Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, Gestão de Operações e Logística e Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho aparecem em apenas um programa cada.

Considerações finais

Com a realização deste estudo constatou-se que, em relação aos cursos de graduação foi possível observar que mesmo com a distribuição uniforme encontrada, a região Sudeste apresenta 1.647 das ofertas atuais, sendo o Estado de São Paulo responsável por 27,6% das ofertas de graduação, estando à frente de todas as regiões no país. Além disso, vale salientar que o Estado da Bahia é o 4º Estado com o maior número de cursos de graduação, demonstrando o crescimento da região Nordeste perante o cenário do ensino brasileiro.

Entretanto, a região Norte apresenta grande carência, pois detém apenas 4,94% do volume atual de graduações em Administração. Mesmo sendo a maior área territorial do país, a região Norte dispõe de 63,53% dos cursos situados nas capitais dos respectivos Estados. Esse alto índice de concentração evidencia a fraca distribuição do ensino superior na região. Além disso, dos 4 Estados com o menor número de graduações disponíveis, 3 são da região Norte.

A escassez de cursos na região agrava-se quando mapeados os programas de pós-graduação em Administração, pois possui apenas 02 programas que oferecem somente cursos de Mestrado Acadêmico. Evidentemente que onde há menor promoção de ensino superior em nível de graduação menor ainda será a oferta de programas de pós-graduação.

No entanto, a disparidade existente na região Norte é bastante significativa, pois confrontando as informações encontradas tem-se 170 cursos de graduação, formando profissionais anualmente e apenas 02 programas disponíveis para recebê-los no Mestrado Acadêmico.

Vale salientar que localidades desenvolvidas carecem mais de mão de obra qualificada, desta forma é compreensível a fraca atuação do ensino superior na região Norte. Todavia, a criação de novas oportunidades de ensino é um dos principais fatores na busca pelo desenvolvimento regional, logo, deve-se considerar um investimento maior em educação nestas áreas, bem como a

MAPEAMENTO DO ENSINO E PESQUISA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

criação de novos cursos de ensino superior em Administração em localidades do interior e programas de pós-graduação que disponibilizem opções de Mestrado Profissional e Doutorado.

Com relação aos programas de pós-graduação em Administração identificou-se que nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, os programas são ofertados apenas nas capitais dos Estados, diferentemente do que ocorre nas outras regiões onde a distribuição é mais uniforme abrangendo localidades mais distantes das capitais, bem como regiões metropolitanas.

Do mesmo modo que ocorre com a distribuição geográfica dos cursos de graduação, os cursos de pós-graduação também se concentram nas regiões Sul e Sudeste. E ainda igualmente como ocorre nos cursos de graduação, a oferta de programas de pós-graduação em Administração apresenta maior concentração nas capitais dos estados brasileiros.

Considerando os 3.513 cursos de graduação de Administração ofertados atualmente no Brasil, os 127 programas de pós-graduação representam apenas 3,6%, demonstrando assim certa necessidade de expansão do ensino em pós-graduação. Além do mais, quando apreciadas apenas as IES cujo CC é igual a 5 e, que possuem cursos de pós-graduação, listam-se apenas 16 programas, um número pequeno, levando em conta a amplitude de cursos de graduação e pós-graduação existentes até o presente momento.

Portanto, por se tratar de um estudo sobre distribuição geográfica, acredita-se ser de grande valia mapear as IES atuantes no país, como também, os cursos oferecidos, suas linhas de pesquisa adotadas, entre outros aspectos, tendo em vista o momento de expansão que vive o ensino superior no Brasil.

Deste modo, pelo mapeamento realizado, foi possível identificar a divergência de ofertas entre as regiões do país e algumas carências encontradas geograficamente. Por isso, recomendam-se novos estudos envolvendo a questão do mapeamento, como também o cruzamento de informações com outros cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas, visando contribuir ainda mais ao tema e, ao mesmo tempo, estimulando o ensino e a pesquisa no país na graduação e, principalmente, nos cursos de pós-graduação na área.

Referências

ANDRADE, R. O. B. de; SIQUEIRA, E. S.; PIZZINATTO, N. K.; SPERS, V. R. E. (Org.) **Administração: evolução, desafios, tendências**. São Paulo: Cobra, 2001.

ANPAD – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. **Divisões acadêmicas/comitês científicos/temas de interesse**. 2014. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/sobre_divisoes_academicas.php>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BACH, T. M.; WALTER, S. A.; FREGA, J. R.; MÜLLER, J. M. S. Fatores de influência na aprendizagem percebida dos alunos de cursos de administração. **Avaliação**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 13-30, mar. 2014.

BEIGUELMAN, B. Reflexões sobre a pós-graduação brasileira. In: PALATNIK, M.; ARRUDA, P.; LETA, J.; LEITE, F.; DE MEIS, L. (Orgs.). **A pós-graduação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

BERTERO, C. O. A docência numa universidade em mudança. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 5, n. spe, p. 01-11, jan. 2007.

BRAGA, G. B.; OLHER, B. S.; REIS, F. N. S. C.; OLIVEIRA, A. R. de. Análise da formação curricular dos cursos de administração oferecidos por instituições federais na zona da mata mineira à luz da resolução CNE/CES nº 4 - de 13 de julho de 2005. **Revista Administração em Diálogo**, v. 13, n. 3, p. 56-68, set./out./nov./dez. 2011.

BRASIL, e-MEC. **Busca interativa**. 2014. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BRASIL. **Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961**. *Lex*. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/fub/lei.php>>. Acesso em: 18 out. 2014.

____. **Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965**. *Lex*. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br/institucional/legislacao/leis/1965/Lei4769.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2014.

____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. *Lex*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 out. 2014.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e missão**. 2014a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

____. **Relação de cursos recomendados e reconhecidos**. 2014b. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarles&codigoArea=60200006&descricaoArea&descricaoAreaConhecimento=ADMINISTRA%C7%C3O&descricaoAreaAvaliacao=ADMINISTRA%C7%C3O%2C+CI%CANCINAS+CONT%C1BEIS+E+TURISMO>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

CASTRO, C. de M. O ensino da administração e seus dilemas: notas para debate. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 58-61, jul./set. 1981.

CIRANI, C. B. S.; SILVA, H. H. M. da; CAMPANARIO, M. de A. A evolução do ensino da pós-graduação estrito senso em administração no Brasil. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, art. 1, p. 765-783, nov./dez. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **História da Administração**. 2015. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br/administracao/historia-da-profissao>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES nº 24, de 18 de dezembro de 2002**. *Lex*. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/RESOLUCAO_CES_24_2002.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

____. **Resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2004**. *Lex*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces01_04.pdf>. Acesso em: 17 out. 2014.

CUNHA, M. de A. A expansão do ensino de administração em Curitiba e região metropolitana no período de 1997 a 2002. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 9., São Paulo, 2006. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2006. CD-ROM.

CURY, C. R. J. Graduação/pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 777-793, out. 2004.

MAPEAMENTO DO ENSINO E PESQUISA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

_____. Quadragésimo ano do parecer CFE no 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 7-20, set./out./nov./dez. 2005.

DANTAS, A. (Org.). **Manual do administrador**. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2006.

FERREIRA, M. de M.; MOREIRA, R. da L. (Orgs.). **Capes, 50 anos**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIROLETTI, D. Administração no Brasil: potencialidades, problemas e perspectivas. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, Minas Gerais, v. 45, n. spe., p. 116-120, 2005.

GOURVE`S-HAYWARD, A.; MORACE, C. The challenges of globalization in French engineering and management schools: a multiperspectivist model for intercultural learning. **International Journal of Intercultural Relations**, v. 34, n. 3, p. 303-313, May 2010.

GUIMARÃES, T. de A.; GOMES, A. de O.; ODELIUS, C. C.; ZANCAN, C.; CORRADI, A. A. A rede de programas de pós-graduação em administração no Brasil: análise de relações acadêmicas e atributos de programas. **RAC**, Curitiba, v. 13, n. 4, art. 3, p. 564-582, out./dez. 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área territorial brasileira**. 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

KERCH, A. L. Educação superior em administração no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO, 34., Florianópolis, 2013. **Anais...** Florianópolis: ENANGRAD, 2013.

KWASNICKA, E. L. **Introdução à administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, C. B. Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil (1952-1983). **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 41, n. 7, p. 663-676, jul. 1989.

MASCARENHAS, A. O.; ZAMBALDI, F.; MORAES, E. A. de. Rigor, relevância e desafios da academia em administração: tensões entre pesquisa e formação profissional. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 51, n. 3, p. 265-279, maio/jun. 2011.

MASIERO, G. **Administração de empresas: teoria e funções com exercícios e casos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MATEI, A.; MATEI, L. Instructional design for administrative sciences: a case study for civil servants training. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 116, p. 1930-1933, February 2014.

_____. Quality assurance in bachelor and master programmes in public administration: a comparative study. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 81, p. 536-539, June 2013.

MEC – Ministério da Educação e Cultura. **Credenciamento/Autorização/Reconhecimento**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior 2013**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015.
- NEUENFELDT, M. C.; ISAIA, S. M. A. Pós-graduação e a pós-graduação em educação no Brasil: um breve histórico. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 85-95, jun. 2008.
- OLIVEIRA, F. B. de; SAUERBRONN, F. F. Trajetória, desafios e tendências no ensino superior de administração e administração pública no Brasil: uma breve contribuição. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. spe., p. 149-170, 2007.
- PINTO, V. R. R.; MOTTER JR., M. D. Uma abordagem histórica sobre o ensino da administração no Brasil. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 1-28, out./dez. 2012.
- PIZZINATTO, N. K. Ensino de administração e o perfil do administrador: contexto nacional e o curso de administração da Unimep. **Revista Impulso**, São Paulo, v. II, n. 26, p.173- 189, 1999.
- PIZZINATTO, N. K.; FARAH, O. E. (Orgs.). **Pesquisa pura e aplicada para marketing: processos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2012.
- SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SILVA, M. O. da S. e; CARVALHO, D. B. B. de. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dez. 2007.
- SOBRAL, F.; PECCI, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- SOUZA, A. R. S.; FERREIRA, V. C. P. **Introdução à administração: uma iniciação ao mundo das organizações**. Rio de Janeiro: Pontal, 2004.
- TAKAHASHI, A. R. W. Cursos superiores de tecnologia em gestão: reflexões e implicações da expansão de uma (nova) modalidade de ensino superior em administração no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 385-414, mar./abr. 2010.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- VIEGAS, C. L. de C. Ensino e pesquisa em administração: um balanço da produção acadêmica da Divisão EPQ do EnANPAD de 2009 e 2010. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 4., Brasília, 2013. **Anais...** Brasília: EnEPQ, 2013.